

LAÇO

Laço

Copyright © 2020 As organizadoras

Todos os direitos reservados pela Autêntica Editora Ltda. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos, seja via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

EDITORAS RESPONSÁVEIS

Cecília Martins Rejane Dias

REVISÃO

Cecília Martins

PROJETO GRÁFICO

Diogo Droschi

DIAGRAMAÇÃO

Guilherme Fagundes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Laço / organização Daniela Teperman, Thais Garrafa, Vera Iaconelli. -- 1. ed. -- Belo Horizonte : Autêntica, 2020. -- (Coleção Parentalidade & Psicanálise , 2 / coordenação Daniela Teperman, Thais Garrafa, Vera Iaconelli)

Vários autores.

ISBN 978-65-88239-08-7 (Autêntica)

ISBN 978-65-86596-04-5 (Cult)

1. Famílias - Aspectos psicológicos 2. Pais e filhos 3. Parentalidade 4. Psicanálise 5. Psicologia I. Teperman, Daniela. II. Garrafa, Thais. III. Iaconelli, Vera. IV. Série.

20-41271 CDD-150.195

Índices para catálogo sistemático:

1. Família : Psicanálise : Psicologia 150.195

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Belo Horizonte

Rua Carlos Turner, 420 Silveira . 31140-520 Belo Horizonte . MG

Coleção Parentalidade & Psicanálise

Daniela Teperman, Thais Garrafa e Vera Iaconelli

A Coleção Parentalidade & Psicanálise surge com o objetivo de delimitar um campo de estudos sustentado em parâmetros éticos de escuta e respeito à subjetividade, condizente com os desafios impostos pelos atravessamentos históricos, culturais e sociais. Para tal, circunscrevemos *parentalidade* como tema que abrange a produção de discursos e as condições oferecidas pela geração anterior para que uma nova geração se constitua subjetivamente em uma determinada época. Isso implica considerar os sujeitos que se incumbem dessa tarefa no plano singular e o campo social que os enlaça.

A articulação entre parentalidade e psicanálise justifica-se pela necessidade de separar a temática da parentalidade do universo normativo que marcou sua gênese e que, nos tempos atuais, contribuiu para a ascensão de práticas dogmáticas, mercantis e obscuras. Sem a pretensão de que haveria uma época livre da busca por garantias e predições diante dos aspectos intangíveis e imponderáveis da criação de crianças, nos cabe mapear a nossa e fazer frente aos discursos universalizantes.

A psicanálise trata das questões da parentalidade a partir de seus elementos estruturais, isto é, para além dos efeitos imaginários de cada época, e, nesse contexto, situa também o mal-estar inerente às relações humanas e à nossa entrada na cultura. Com essas ferramentas, a psicanálise integra um campo de estudos multidisciplinares sobre o universo parental, ao mesmo tempo que aporta, a esse campo, inquietações que convidam seus integrantes a um constante reposicionamento diante da singularidade de cada caso. Desde Freud, a psicanálise tanto elucida – “Freud explica!” – quanto inquieta,

desconcerta e nos movimenta em torno dos mistérios do inconsciente e do mal-estar na civilização.

A psicanálise marca, portanto, sua peculiar posição no campo de estudos da parentalidade: ocupa um lugar de composição e de exterioridade. Como integrante do conjunto, oferece seu dizer e seu saber sobre o exercício das funções parentais, de caráter estrutural, para entender a constituição do sujeito na família e para além do universo pai-mãe-bebê. Em sua posição de exterioridade, presta-se a produzir aberturas onde o conhecimento instrumentalizante tende ao fechamento e à produção de ingerências sobre a criação de crianças. Para fazer frente ao imperativo contemporâneo de oferecer a última palavra, propomos sustentar inquietações e os possíveis saberes que delas possamos extrair.

A Coleção Parentalidade & Psicanálise é composta por cinco volumes. No primeiro deles, *Parentalidade*, encontram-se as principais inquietações que norteiam os estudos sobre o tema a partir da psicanálise. *Laço* articula-se a esse campo com ênfase nas relações que participam da estruturação do sujeito. Os volumes seguintes reúnem textos produzidos a partir dos eixos Gênero, Corpo e Tempo.

Cada um dos cinco volumes está organizado em quatro seções:

- 1 Na “Apresentação”, delimitamos cada um dos temas escolhidos em sua relação com a parentalidade, situando questões que se abrem à reflexão.
- 2 A segunda e maior seção, “Fundamentos”, é formada por textos de diferentes autores que trazem conceitos centrais da psicanálise, articulando-os à temática da parentalidade.
- 3 Na terceira seção, “Parentalidade e mal-estar contemporâneo”, um psicanalista é chamado a refletir sobre aspectos da contemporaneidade nos quais se apresentam questões cruciais para o estudo da parentalidade na época atual.
- 4 Na seção “Interloquções”, autores de outras áreas do conhecimento trazem sua contribuição para o tema, de modo a abrir portas, no fim,

para outros começos, e a marcar que a psicanálise não pode tudo dizer.

Propusemos a psicanalistas e teóricos de instituições diversas o desafio de realizar essa transmissão por meio de textos rigorosos e, ao mesmo tempo, acessíveis a leitores e leitoras de diversas áreas. Agradecemos a todos os autores que aportaram ao campo de estudos da parentalidade sua preciosa contribuição.

Boa leitura!

APRESENTAÇÃO

Um laço chamado desejo

● *Daniela Teperman*

Pais e filhos.

Ouvi uma vez e nunca esquecerei.

O que os liga na natureza?

Um instante de tesão cego.

Ian McEwan, *Enclausurado*, 2016.

Pais e filhos. O que os liga à natureza? Seres de linguagem que somos, nada nos liga à natureza. O que liga, faz laço, depende da presença desejante do Outro – necessária, mas também contingente –, depende do acaso dos encontros, como tão precisamente assinalou Garcia-Roza (1999) ao circunscrever o terreno pulsional ao qual se espera que o bebê seja introduzido.

É a partir da linguagem que o bebê humano pode vir a ser um sujeito falante e desejante, tendo contado com um Outro pelo qual se deixou capturar nos campos pulsional e especular. Em sua loucura necessária, nas palavras de Winnicott, ou de posse de uma ilusão antecipatória, como diria Freud, o agente da função materna – ao que comumente referimos como mãe – deseja e antecipa as produções de seu bebê sem nenhuma garantia do vir a ser deste, mas quase sempre sem se perguntar se ele seria capaz de entender as palavras que lhe dirige, tomando-o como interlocutor, introduzindo condutas de espera, ritmos (fome e saciedade, sono e vigília) e aguardando suas manifestações (corporais e vocais) para

seguir a conversa. E bem sabemos como os bebês são capazes de performar diante do olhar surpreso, desejante e jubiloso de seu cuidador!

Há uma frase da pediatra e psicanalista Françoise Dolto que se tornou célebre e que intitula o documentário¹ que entrelaça sua vida e obra: “Você escolheu nascer!”. Além de célebre, tal frase revelou-se também bastante controversa. No entanto, quando aplicada à potência da casualidade dos encontros, concede a esse “instante de tesão cego”, conforme as palavras de Ian McEwan que abrem este texto, uma potência de engendramento, que pode ser necessária – e muitas vezes crucial – para a ficção que cada um arma para si acerca do desejo que esteve nas origens.

Um desejo que esteve nas origens não deve se confundir com um sujeito que já estava lá. O que nos permite interrogar as teorias sobre o psiquismo pré-natal, ainda que não deixemos de nos deslumbrar com as pesquisas com imagens ultrassonográficas de bebês (PIONTELLI, 1995), que apontam para algo da ordem de uma continuidade da experiência pré-natal² para a experiência pós-natal. “Deslumbramento”, aqui, não aparece casualmente, mas com o propósito de alertar para um possível excesso ao se trazer à luz o que se esconde *in utero*.

Deslumbramento é também o que se espera que ocorra no encontro com “*His Majesty The Baby*” (FREUD, [1914] 1996): embaçamento da vista que permite olhar e sustentar o que ainda não está lá, mas já se apresenta como potência. E que, não obstante, deve ceder: quando o Outro do bebê interrompe a brincadeira, reconhecendo ali um excesso de excitação, por exemplo. Oportunidade imperdível para mais uma vez destacarmos que o sexual é incontornável na família: presente nos adultos sexuais que se ocupam das funções parentais, nos cuidados dirigidos ao bebê e na sexualidade infantil (TEPERMAN, 2015). Oportunidade também para apontarmos que, ainda que sob o olhar embaçado do deslumbramento, a separação está já à espreita, seja pela castração operante no agente materno (chega de excitação!), seja pela sua alternância em presença e ausência (instituinto as condutas de espera e

os primeiros ritmos que se instalam no corpo do bebê), seja ainda pela via do brincar.³

Esse bebê da natureza e da necessidade, não chegamos a conhecê-lo! A primeira experiência de satisfação descrita por Freud ([1985] 1995), a entendemos como mítica, já que não dispomos de meios para identificar e registrar esse momento preciso – a passagem do âmbito da necessidade para o âmbito do desejo – e localizar o bebê como puro organismo. Nas palavras de Soler (2018, p. 12):

Entretanto, a psicanálise não tem acesso ao organismo de forma direta. Isso somente é dado a ela através das transformações que se dão no que chamamos corpo [...] O corpo é o organismo mais transformado, de tal forma transformado que perdeu sua bússola instintiva que guia as espécies animais.

O bebê com o qual nos encontramos, mesmo nos primeiros momentos de vida, quando tudo vai bem, está já recoberto pelos significantes recortados pelo Outro na linguagem para nomeá-lo – outro modo de dizer que um bebê nasce quando começa a ser falado pelo Outro. Como provocou Winnicott (1990), numa frase que também se tornou célebre: “não existe essa coisa chamada o bebê”.

E então, se tudo é linguagem,⁴ o que já estava lá?

Caiu no laço...

Ao nascer, além dos reflexos inatos, que lhe franqueiam a sobrevivência (como sucção e busca, por exemplo), o filhote humano conta com uma série de competências que revelam uma abertura para o contato. Os reflexos são indispensáveis para a sobrevivência, operando como uma preparação mínima que os organismos têm para começar a interagir com seu ambiente. As competências, por sua vez, aparelham o bebê para o enlace ao Outro.

A maior parte dos reflexos inatos tende a desaparecer; mais que isso, espera-se que eles desapareçam ao longo dos primeiros meses de vida do bebê. Sua permanência pode indicar algum problema neurológico ou transtorno no enlaçamento do bebê ao Outro. No intervalo entre sua

manifestação e o aparecimento dos movimentos intencionais do bebê, localizamos a ação do agente da função materna. Este, de posse da ilusão antecipatória necessária, reconhece e funda no que poderia ser uma mera contração facial, por exemplo, um sorriso, ou ainda, na busca pelo seio, um movimento intencional ao seu encontro. As competências do bebê dependem da presença de um adulto nessa posição para se desdobrar e se sofisticar, e isso deve ocorrer dentro de um determinado período de tempo.

O bebê, competente no seu interesse pelo Outro, é ativo na busca pela voz, pelo olhar e pelo júbilo que sua presença lhe causa. Como mostraram e nos surpreenderam as pesquisas da húngara Emese Nagy (NAGY; MOLNAR, 2004): o bebê provoca o Outro!

O filhote humano vem então ao mundo equipado para a sobrevivência e para a comunicação; no entanto, tal equipamento é subsumido, engolido pela linguagem, o que denota a radicalidade da sua alienação ao Outro e a crucialidade dessa operação para promover o funcionamento dos recursos que o bebê possui (BERGÈS; BALBO, 1997). Encontramos às vezes bebês em sofrimento que mostram uma desorganização no funcionamento das funções ou no estabelecimento dos primeiros ritmos corporais, bebês que contam muitas vezes com um Outro pouco disponível ou sem as condições psíquicas necessárias para enredá-lo no registro das trocas e dos jogos. Há ainda bebês que precisam de um Outro mais ativo e convocador, assim como bebês mais sensíveis a um Outro excessivo em sua demanda e estimulação. Encontramos também bebês que respondem rapidamente quando se encontram com um Outro interessado e jubiloso diante de suas produções, os chamados “bebês à espera”. A clínica com bebês vem mostrando, ao longo dos anos, que, em muitos casos, uma intervenção pontual com o bebê e seus pais inaugura ou relança as operações necessárias para a subjetivação do bebê; em outros, é preciso uma intervenção mais intensa e duradoura.

As pesquisas e a clínica do autismo permitiram que se localizasse, nesse modo de funcionamento subjetivo, particularidades que se apresentam nas formas de alienação ao Outro e que compõem esses

quadros. Permitiram também elucidar as minúcias e delicadezas dos primeiros tempos de vida do bebê no seu enlaçamento, ou na dificuldade de enlaçar-se ao Outro, e apontaram para a importância da escuta de pais e bebês diante do sofrimento psíquico.

O cuidado às crianças autistas marca sua presença no discurso social de maneira intensa, por vezes levando ao fascínio, por vezes levando à disputa entre diferentes saberes e disciplinas, o que não é sem consequências para as crianças e suas famílias. A psicanálise pode contribuir para esse debate como clínica e pesquisa. Ainda que se comprove a etiologia biológica do autismo, o sujeito precisará lidar com isso e, para tanto – por meio de um tratamento orientado a partir daquilo que pode surgir como único em cada um – poderá contar com a psicanálise.

Uma vez que o bebê é capturado no registro pulsional e o circuito se relança, contornando o objeto, se instaura o novo sujeito. Ele agora é capaz de se aventurar nas experiências de alternâncias e descontinuidades, modos pelos quais inicialmente opera a separação, e já antevê que a relação ao objeto se ordena como uma relação à falta do objeto, curto-circuitando a rede de trocas com seus cuidadores primordiais. Estes, pretendendo atender à demanda do bebê, deparam-se com sua insatisfação: “mas não era isso que você queria?”. E o bebê, checando repetidamente o amor de seus cuidadores ao demandá-los, vai se dando conta que o objeto, em si, não resolve sua pergunta acerca do desejo do Outro. Uma vez na linguagem, o pequeno se encontra com o fato de que a pulsão contorna o objeto e com que seus pais e cuidadores contornam a falta... E a linguagem, ah, a linguagem é sempre mal-entendido.

Precisamos de pai e mãe?

Há tempos essa pergunta ronda o imaginário social e a própria psicanálise, assumindo novas facetas e incorporando novos elementos conforme a época e as mudanças no laço social. Trata-se também de um interrogante que se renova diante das diferentes configurações que a família vem assumindo e do uso cada vez mais frequente do termo

“parentalidade” na nossa época (TEPERMAN, 2020). De modo que é fundamental examinarmos o contexto histórico, social e psicanalítico a cada vez que a pergunta sobre o pai e a mãe se atualiza.

Essa temática encontra lugar e se desdobra na história da psicanálise pela via das crianças separadas de suas famílias e internadas em instituições nas quais recebiam cuidados precários e anônimos, e que foram objeto de estudo, pesquisa e atendimento clínico; movimentando as bases das teorias e das práticas com bebês e também da psicanálise com crianças. Os estudos produzidos contribuíram para relativizar, e até mesmo abandonar, teorias e discursos idealizados e normatizantes que costumavam recair particularmente sobre a mãe, mas também sobre a família, e dos quais muitas vezes ainda encontramos ressonâncias na atualidade.

A história da psicanálise com crianças se confunde com a história dos psicanalistas em relação às crianças separadas de seus familiares. *Psicanálise de crianças separadas: estudos clínicos* (2004) é o título de um livro organizado por Elizabeth Roudinesco reunindo artigos de sua mãe, Jenny Aubry, principalmente sobre as consequências físicas e psíquicas da separação de crianças de suas mães.

Médica de formação, Aubry assumiu em 1946 a direção da Fundação Parent de Rosan, instituição em Paris que abrigava bebês e crianças pequenas em situação grave de desamparo. Aos poucos, e conforme desenvolveu suas pesquisas, aproximou-se da psicanálise, particularmente de Lacan. Encontramos no referido livro o registro de discussões das quais participaram Lacan, Lagache e Dolto, entre outros.

Na mesma época surgiam as primeiras publicações das pesquisas realizadas por Spitz (1945) com crianças privadas de cuidados maternos, assim como se evidenciava a precariedade das instituições que recolhiam bebês e crianças separadas de seus familiares no período do pós-guerra. Spitz chamou a atenção para os quadros de hospitalismo desenvolvidos por essas crianças, que apresentavam atraso do desenvolvimento corporal e na linguagem, dificuldades motoras e apatia. Algumas delas acabavam

desistindo do contato humano, chegando muitas vezes a se deixar morrer.

Encontramos já nas palavras de Spitz que os efeitos para a subjetivação e para o desenvolvimento de bebês e crianças separadas poderiam ser relativizados caso obtivessem cuidados adequados nas instituições:

Na etiologia das doenças de carência afetiva, a personalidade da mãe desempenha um papel menor, pois essas condições geralmente resultam da ausência física da mãe, devido a moléstias, morte ou por motivo de hospitalização do filho; ao mesmo tempo, é preciso que o substituto da mãe seja inadequado ou praticamente inexistente (SPITZ, 1998, p. 271).

Acrescento ainda o conteúdo de uma pequena nota de rodapé que Spitz inclui no trecho citado, evidenciando a sua percepção de que a presença da mãe não representa uma garantia para o exercício da função materna, mas, ao mesmo tempo, alimentando os discursos que identificam como negligentes as mães trabalhadoras:

Isto não exclui a possibilidade de uma mãe, mesmo quando presente, privar seu filho das provisões afetivas normais; nem exclui a possibilidade de que a mãe negligencie seu filho por estar ocupada fora de casa, por razões econômicas, ou por falta de interesse pela criança (p. 271).

Quadros clínicos como os descritos por Spitz foram identificados por Aubry nas crianças assistidas em Parent de Rosan. A autora também sublinhou que cuidados adequados poderiam contribuir para minimizar os efeitos da separação: “separar um filho de sua mãe é provocar nele uma reação de desamparo intenso que pode, aliás, atenuar-se se ele receber cuidados maternos de substituição adaptados a seu estado” (AUBRY, 2004, p. 99).

Parent de Rosan foi inicialmente uma espécie de orfanato, depois se tornou um abrigo da assistência pública e, por fim, um berçário da assistência social à infância para crianças colocadas em famílias de acolhimento. Foi um dos locais nos quais Dolto prestou atendimento e supervisão, tendo se decidido a formar psicanalistas, pois era difícil

encontrar clínicos que, diante das vivências que tinham levado as crianças a serem institucionalizadas, não as maternassem, não dessem conselhos às cuidadoras e à instituição e não se condoessem por identificação imaginária ao seu sofrimento (MANIER, 1998).

No início de seu trabalho na instituição, Aubry desenvolveu um estudo sobre as deteriorações psíquicas consecutivas à carência de cuidados maternos. Foi naquela época que Rosine Lefort empreendeu os tratamentos de quatro crianças ali internadas: Robert, Marisa, Marie-Françoise e Nadia (relatados em suas publicações *O nascimento do Outro e Marisa, a escolha sexual da menina*).

Rosine Lefort, assim como Françoise Dolto, aceitou o desafio de colocar a psicanálise à prova na clínica com crianças pequenas. Rosine identificou quadros clínicos de hospitalismo nos casos atendidos em Parent de Rosan; contudo, as análises dessas crianças lhe permitiram esclarecer que tais quadros são mais descritivos do que estruturais:

Certamente o anonimato dos cuidados recebidos por essas crianças teve consequências flagrantes e impressionantes sobre seu aspecto e déficit estaturó-ponderal. Mas a estrutura que cada uma delas apresenta não pode, em nenhum caso, ser atribuída a uma síndrome de hospitalismo ou outra (LEFORT; LEFORT, 1997, p. 12).

Tal constatação clínica e a sustentação teórica que a acompanhou representam um marco na psicanálise com crianças, assim como o enunciado, que também se tornou célebre no campo da psicanálise lacaniana com crianças, de que a criança é um analisante de pleno direito (LEFORT; LEFORT, 1984).

A contribuição dessa psicanalista para o estabelecimento das bases da clínica psicanalítica lacaniana com crianças, no entanto, não termina aqui. Rosine Lefort destacou a função da palavra e do campo da linguagem na clínica com crianças, situando, clínica e teoricamente, o lugar e a intervenção do psicanalista e deslocando o eixo da cura, antes centrado na maternagem e na carência materna. Assinalou também as diferenças entre mãe e agente da função materna, entre separação da mãe

e ausência de cuidados maternos e entre intervenção psicanalítica e substituição do par parental.

A clínica conduzida por Rosine Lefort permitiu descolar definitivamente o lugar do psicanalista da maternagem e da ação filantrópica e mostrou que este, ao posicionar-se no lugar de agente do Outro na clínica com bebês e crianças pequenas, opera sem se confundir com o pai e a mãe ou pretender substituí-los: “Desta feita, haverá o empréstimo de linguagem, de traços e cifras à criança, o que não significa fazer da clínica um lugar em que a presença da fantasia do sujeito do psicanalista se sobreponha à construção da fantasia da criança” (VORCARO; NEVES, 2010, p. 397). Permitiu também refletir sobre o lugar de cuidadores, berçaristas e educadores que atuam em creches, entre outros, na constituição psíquica de bebês e crianças pequenas, além de apontar para a importância de se oferecer cuidados singularizados e não anônimos nos espaços coletivos. Contudo, até os dias de hoje, pouco se formulou acerca do papel de babás e de cuidadoras domésticas em relação à constituição da subjetividade das crianças a seus cuidados, o que é fundamental para que tenham seu lugar de agente da função materna reconhecido, sem se ver confundidas com a pretensão de substituir a mãe.

Em sua importante “Nota sobre a criança”, Lacan ([1969] 2003, p. 369-370) foi preciso ao utilizar o termo “função materna” para se referir ao lugar do Outro para o bebê e assinalar como uma de suas principais tarefas portar um desejo não anônimo, franqueando a leitura de que agenciar um desejo não é sinônimo de substituir a mãe.

Detenhamo-nos agora em um importante detalhe. A referida nota está endereçada a Jenny Aubry. Lacan a inicia apontando para o fracasso das utopias comunitárias, ou seja, dos experimentos de se educar crianças coletivamente. Diante do reconhecimento de tal fracasso, e dirigindo-se a Aubry, Lacan estabelece as condições mínimas necessárias para que haja sujeito, reduzindo a família à sua função de resíduo: estrutura básica, necessária e contingente, assegurada pelo exercício das funções materna e

paterna, para a transmissão dos elementos para a constituição da subjetividade.

Lacan refere-se à “irreducibilidade de uma transmissão”, circunscrevendo-a a partir das seguintes condições: a constituição subjetiva implica a relação com um desejo não anônimo, a função da mãe está referida a cuidados que levam a marca de um interesse particularizado, ainda que pela via das próprias faltas, e a função do pai opera na medida em que seu nome é o vetor de uma encarnação da Lei no desejo.

Notemos que a operacionalidade da função materna não se confunde com o fato de uma mãe ser bondosa, nem com suas habilidades ou características, também não depende de uma perfeição nos cuidados que preconiza. É crucial que o agente da função materna seja portador de um desejo não anônimo, mesmo que “pela via de suas próprias faltas”. Nesse sentido, a família, em sua função de resíduo, opera como espaço primordial onde se instala a pergunta sobre o desejo do Outro.

No contexto atual, a pergunta sobre o pai e a mãe se desdobra em novos interrogantes: São necessários dois adultos para criar uma criança? Devem ser de sexos biológicos diferentes? É preciso que um desses adultos seja um homem e o outro uma mulher? Perguntas que, se somos fiéis à leitura de Lacan, revelam-se falsas questões, pois denotam uma confusão entre posição psíquica, função parental e fenômeno social; e, mais uma vez, levam a tentativas de normatização e idealização da família. Vale lembrar que na família não há garantias, independentemente dos formatos e modelos que ela possa assumir.

Antes de concluir, retornando à citação que inaugura este texto, tomo emprestadas as palavras de Coum (2016, p. 183, tradução livre): “para a mulher assim como para o homem, a maternidade e a paternidade constituem a construção de uma posição psíquica e social que separa o sujeito de sua condição natural”. Pai e mãe são significantes inventados para dar conta dessa origem, e a família consiste em uma invenção civilizacional para a transmissão dos elementos necessários à perenização do processo de humanização (SAURET, 2016). Deixar a família é o maior

passo que a criança tem que dar pela humanidade. Desenlace necessário e contingente, para além dos laços mais ou menos apertados nos quais cada família tenha se sustentado.

Ao destinar a “Nota” para Jenny Aubry, Lacan respondeu às perguntas que se formulavam naquela época com o que é da ordem da estrutura, circunscrevendo o que é irreduzível numa transmissão e situando os elementos mínimos necessários para que haja sujeito. Tomar a família em sua função de resíduo permitiu-lhe também assinalar o que não é redutível a um determinado momento histórico, o que permanece independentemente das formas de conjugo, das ficções jurídicas e dos discursos prevalentes sobre a família em cada época.

O que faz laço

Contamos na seção “Fundamentos” deste volume com textos que, tal qual a espátula cintilante usada por Winnicott ([1941] 1993) em suas consultas, atraem e instigam leitores e leitoras a acompanhar as autoras numa transmissão na qual cada uma fala desde seu referencial teórico e de posse de estilo próprio.

Nas seções “Parentalidade e mal-estar contemporâneo” e “Interlocuções”, há textos sólidos e leituras afiadas que, entrelaçando subjetividade, laço social e época, apontam para a crucialidade da escrita e da transmissão diante do esgarçamento do laço social, que só vemos acentuar-se na nossa época.

Leda Mariza Fischer Bernardino nos convida a acompanhá-la na complexidade do conceito de sujeito em Lacan, por meio de uma exposição rigorosa, acessível e ao mesmo tempo poética. Em “A concepção lacaniana de sujeito”, ela traça um percurso que se inicia na radicalidade da alienação do filhote humano ao Outro e desemboca na instauração do sujeito do desejo, capaz de um estilo e um dizer próprios. Função materna e paterna são descritas com clareza, isentas da imaginarização das figuras de mãe e pai, reiterando o pleno domínio da autora sobre o tema.

*image
not
available*

*image
not
available*

Imago, 1995.

GARCIA-ROZA, L. A. *Acaso e repetição em psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LACAN, J. (1969). Nota sobre a criança. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LEFORT, R.; LEFORT, R. *Marisa: a escolha sexual da menina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. (Campo Freudiano no Brasil).

LEFORT, R.; LEFORT, R. *O nascimento do Outro, 1951-52*. Salvador: Fator, 1984.

MANIER, C. Prefácio. In: DOLTO, F; HAMAD, N. *Destinos de crianças*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

McEWAN, I. *Enclausurado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

NAGY, E.; MOLNAR, P. Homo imitans or homo provocans? The phenomenon of neonatal imitation. *Infant Behavior and Development*, n. 27, p. 57-63, 2004.

PIONTELLI, A. *De feto a criança: um estudo observacional e psicanalítico*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

SAURET, M. J. Pouvons-nous nous passer de la mère et du père? In: COUM, D. (Org.). *Avons-nous besoin de père et de mère*. Paris: Érès, 2016.

SOLER, C. *O que resta da infância*. São Paulo: Escuta, 2018.

SPITZ, R. Hospitalism: An Inquiry Into the Genesis of Psychiatric Conditions in Early Childhood. *Psychoanalytic Study of the Child*, n. 1, p. 53-74, 1945.

SPITZ, R. *O primeiro ano de vida*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

TEPERMAN, D. A família e a ordem sexual na nossa época. In: KAMERS, M.; MARIOTTO, R. M.; VOLTOLINI, R. (Orgs). *Por uma (nova) psicopatologia da infância e da adolescência*. São Paulo: Escuta, 2015.

TEPERMAN, D. Parentalidade para todos, não sem a família de cada um. In: TEPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. (Orgs.). *Parentalidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Parentalidade & Psicanálise, v. 1).

VORCARO, A. M. R.; NEVES, B. R. C. A Intervenção do psicanalista na clínica com bebês: Rosine Lefort e o caso Nádia. *Estilos da Clínica*, n. 15, v. 2, p. 380-399, 2010.

WINNICOTT, D. W. (1941). A observação de bebês em uma situação estabelecida. In: *Textos selecionados. Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

WINNICOTT, D. W. *Natureza humana*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

FUNDAMENTOS

A concepção lacaniana de sujeito

● *Leda Mariza Fischer Bernardino*

Lacan tem uma concepção subversiva de sujeito. A novidade, em relação à descoberta freudiana do Inconsciente, é a divisão que ele promove no *Ich*⁵ freudiano a partir da língua francesa: trata-se do eu enquanto *moi* (ego), sede da consciência, e do Eu enquanto Je, sujeito do inconsciente. Por isso, para ele, o sujeito é inconsciente, é uma função que carece de substância (GODINO CABAS, 2009). Sua definição de sujeito é apresentada de um modo que pode parecer enigmático: sujeito é o que é representado por um significante para outro significante. Uma definição que circunscreve o sujeito no campo da linguagem, dependente dessa estrutura, não em um lugar de significação plena, mas em um lugar “entre”: “Um ponto entre dois. Entre pulsão e inconsciente” (p. 218). Além disso, esse sujeito não está dado, trata-se de uma construção, dependente do que Lacan nomeou de “processo de constituição do sujeito”.

Acompanhemos como isso se dá. Lembremos que Lacan trabalha com a noção de estrutura. A constituição do sujeito depende do lugar que a criança vai ocupar em uma estrutura que é pré-existente e determinante de uma posição. Não basta nascer com um corpo humano, é necessário ser esperado e antecipado em um lugar simbólico determinado.

No interior dessa estrutura, o filhote humano terá acesso ao sentido, a um sistema de significações compartilhado que lhe permitirá encontrar uma identidade para si mesmo.

Lacan ([1957-1958] 1999) descreve as operações psíquicas que compõem o caminho percorrido pelo filhote humano para chegar a ser

um sujeito falante e desejante. Essas operações são propostas por ele como estruturais; por mais que elas se cruzem com determinados momentos do desenvolvimento, devem ser tomadas não no sentido evolutivo, mas no estrutural: uma vez que se constituem, são vetores sempre presentes na história do sujeito (BERNARDINO, 2006). Nessa ótica, o tempo é lógico, sempre retroativo, como a temporalidade inconsciente: é sempre no depois que se ressignifica o antes. Como na linguagem: é preciso chegar ao ponto final da frase para apreender o sentido aí contido.

Para descrever o processo de constituição subjetiva, Lacan propõe uma leitura do Édipo freudiano desde o início da vida, a partir de vários saberes da cultura, seguindo nisso o modelo do próprio Freud, que dialogava com a História, a Mitologia, a Antropologia de seu tempo, entre outros.

A Linguística Estrutural e a Antropologia Estrutural serão essenciais para desenvolver a ideia de Lacan de “inconsciente estruturado como uma linguagem”. Assim, para ele, a linguagem como estrutura é o elemento fundamental na constituição do humano: “a linguagem com sua estrutura preexiste à entrada que nela faz cada sujeito a um dado momento de seu funcionamento mental” (LACAN, [1957] 1998, p. 225). Ao nascer, o filhote humano se depara com um mundo humano imerso na linguagem, da qual ele nada sabe. Ao desamparo biológico, soma-se um desamparo simbólico. É nesse contexto que ele vai ter que ser cuidado para sobreviver, não só com cuidados básicos de alimentação e conforto, mas também com palavras básicas que lhe darão indicações de quem ele é, do que se espera dele.

É nesse sentido que se introduz a dialética da demanda e do desejo, descrita por Lacan ([1956-1957] 1995): o bebê humano distancia-se do objeto da necessidade porque seu choro é tomado pelo outro que dele cuida como um apelo e respondido com um “a-mais” do que a mera ação específica: esta vem envolvida num universo de olhares significativos, de palavras de tonalidade especial, num aconchego de colo e de continência. A partir daí, ele chora para receber esse objeto já no